



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 161 - Dezembro 2010

NOSSA OPINIÃO

- [Adeus Ricardo, bem-vindo Winnie](#)

DIREITOS HUMANOS NEM TANTO

- [Dia dos Direitos Humanos: Uma História de Lutas Sociais](#)
- [Brasil: Violência e destruição da Aracruz no Espírito Santo](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Guatemala: monoculturas de dendezeiro e cana-de-açúcar lesam comunidades do rio Coyolate](#)
- [O dendezeiro na Nigéria: mudando dos pequenos produtores e mulheres à produção maciça](#)
- [Amazônia: IIRSA abre a porta para a penetração da floresta](#)
- [Filipinas: desmatamento através da mineração subsidiada por projeto do MDL](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [A empresa Chikweti em Moçambique: o FSC continuará certificando o nao-certificável?](#)
- [Uruguai: trabalhadores florestais e uso de agrotóxicos](#)
- [África do Sul: pesquisa mostra resultados concludentes sobre os impactos das plantações de árvores na água](#)

NOSSA OPINIÃO

- Adeus Ricardo, bem-vindo Winnie

Muitos anos se passaram desde que tive a honra de ser escolhido como Coordenador Internacional do WRM. Não tenho palavras para agradecer a aqueles que me deram essa oportunidade, que me abriu horizontes, cuja existência mal suspeitava e que me permitiu ser aprendiz de tudo antes do que coordenador de nada.

Ao longo de todos esses anos, a equipe do WRM que tive o prazer de coordenar sempre tem agido sob a ótica de aprender das pessoas e de partilhar esse conhecimento com aqueles que o necessitam para fortalecer suas lutas. Esse é o assunto que temos focalizado: as lutas dos povos por defender seus direitos, seus meios e estilos de vida, seus sonhos de um futuro melhor. Toda a bagagem de conhecimento acumulado pelo WRM durante seu quarto de século de vida nasce

nas pessoas e é voltado para as pessoas.

A “tarefa” de coordenador me ofereceu ainda a oportunidade de vincular-me a uma enorme diversidade de pessoas no mundo todo- Sul e Norte, Leste e Oeste- unidas por um anelo comum: uma sociedade solidária baseada no respeito entre pessoas e culturas e entre estas e a natureza. Nessa interação fomos estabelecendo confianças políticas e pessoais, que sem dúvida ajudaram a fortalecer as lutas em nível local, regional e global. Ao mesmo tempo, minha função como coordenador do WRM me permitiu conhecer pessoas maravilhosas que me honram com sua amizade e com quem temos percorrido juntos muitos caminhos.

Nessa hora, resulta óbvio que isto é mais uma despedida do que um editorial. É verdade: estou de saída. Não da luta nem do WRM, mas da função de coordenador do WRM. Retiro-me “rico de lindas riquezas” (1) entre as quais se contam todas essas pessoas que conheci e aprendi a querer e respeitar ao longo de todos estes anos.

E entre essas muitas pessoas hoje quero dar destaque a uma, pelo único motivo que é quem resultou selecionado para suceder-me no cargo: Winnie Overbeek. Devido a sua reconhecida modéstia, apenas vou dizer duas coisas sobre ele: que o conheço há muitos anos e que me inspira total confiança. Deixo- lhe agora o editorial aberto para que faça sua introdução. Bem- vindo Winnie!

Ricardo Carrere

Para começar, não posso deixar de registrar o quanto essa nova atividade em minha vida se constitui desafiadora, por diversos motivos: primeiro, assumir a coordenação de uma Organização de tamanha importância como o WRM; e segundo, suceder Ricardo Carrere, um companheiro que, lançando mão de suas inúmeras qualidades, tem se dedicado há mais de 20 anos a essa organização. Seu esforço e da sua equipe resultou numa ampla rede de contatos de pessoas, ativistas e organizações com atuação em diversos níveis. Para muitos deles, o WRM significa uma organização que merece respeito e em que podemos ter confiança. É uma organização comprometida com as lutas de comunidades locais pela preservação das florestas, por seus direitos, e contrárias às intervenções destrutivas, muitas vezes chamadas de ‘desenvolvimento’, que ameaçam seu bem-estar e sua sobrevivência.

Se há por um lado os elementos que me preocupam, há outros que me deixam um pouco mais tranquilo: o fato de eu saber que poderei contar com inúmeros companheiros e companheiras de várias partes do mundo na realização do trabalho; que a equipe que trabalhou com o Ricardo continuará conosco, uma equipe valorosa, competente e que tem muita disposição para o trabalho e, espero, que tenha paciência comigo. Junto com esta equipe, pretendemos dar continuidade ao trabalho, que começou em Malásia tantos anos atrás. E esperamos, junto com vocês, continuar construindo o WRM como uma rede de pessoas, ativistas, movimentos e organizações comprometidas com a defesa da vida, com a aprendizagem e com o respeito às comunidades que vivem das florestas e com o fortalecimento das suas lutas contra as diversas ameaças aos seus territórios e seu

modo de vida.

Espero poder contar um pouco com minha experiência de apoio às lutas de comunidades indígenas e outras no Brasil nestes últimos 15 anos. Foi nessa convivência que conheci o WRM e durante a qual pudemos contar com seu apoio importante. Foi assim que comecei me sentir parte do WRM e desta Rede que a organização tem ajudado construir em muitos países.

Por último, um outro motivo que me deixa um pouco mais aliviado neste momento é saber que Ricardo acabou de dizer que não se retirará do WRM, nem da luta e, portanto, espero que possamos continuar contando com sua contribuição fundamental.

Winnie Overbeek

1 - Nas palavras do cantor argentino Atahualpa Yupanqui: “Rico de lindas riquezas: violão, amigos, canção”.

início

DIREITOS HUMANOS NEM TANTO

- Dia dos Direitos Humanos: Uma História de Lutas Sociais

O dia 10 de dezembro tem sido instituído pelas Nações Unidas como o Dia dos Direitos Humanos. Com isso se celebra a data do ano de 1948 na que se aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que consagra o respeito pelos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana como “os fundamentos para a liberdade, justiça e paz no mundo”.

A Declaração decorre de uma evolução e de um momento histórico determinado que, no intuito de universalização e concreção encarna, como bem aponta Anistia Internacional, “as normas e princípios que começaram a ser promulgados há séculos de forma fragmentada e difusa em diferentes ambientes culturais”.

Efetivamente, desde o começo, todas as culturas e grandes tradições –tanto escritas quanto orais- recolhem a exortação à necessidade de comportar-se fraternalmente com aqueles que nos rodeiam, quanto a conceitos como o respeito, a igualdade, a solidariedade, a justiça.

Ao longo da história e à medida que as sociedades foram virando cada vez mais complexas –apesar de que não de maneira linear- os direitos dos indivíduos foram adquirindo maior proeminência. Na história moderna, a conceituação dos direitos humanos foi abrangendo novas dimensões para considerar não apenas os direitos chamados de primeira geração (direitos civis e políticos) e de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) mas também os de terceira geração (direitos de solidariedade), que colocam a ênfase no caráter unificador de sua incidência na vida de todos. Essa última categoria inclui o direito a um meio ambiente saudável, ao ar puro, a dispor de água limpa e alimentos não poluídos,

direitos que podem considerar-se implícitos.

De outro lado, também foi crescendo a consciência sobre a situação relegada das mulheres, submetidas à autoridade do homem, já fosse do marido, do pai ou até do irmão, situação que se tem repetido em diferentes épocas e diferentes civilizações. A crescente incidência das mulheres nas lutas sociais, bem como suas próprias lutas, tem contribuído com outra dimensão às reclamações de igualdade e justiça e têm dado visibilidade à condição estrutural da desigualdade de gênero, inserida em todas as ordens sociais e econômicas, como ficou evidenciado ao longo da história.

A verdade é que, com ou sem enunciados, o avassalamento da dignidade humana tem sido moeda corrente e continua sendo. E é que, novamente citando Anistia Internacional, “a história da humanidade é a história de uma tensão, entre defensores de privilégios e de condutas ultrajantes ou violentas de um lado (amparando-se nos costumes, em desígnios divinos ou outros raciocínios), e de outro, o anseio de vida, liberdade e bem-estar dos seres humanos marginados ou oprimidos.”

É assim que o Dia dos Direitos Humanos adquire importância como recordação da tarefa que ainda fica pendente como humanidade: expandir a consciência do si mesmo até a consciência da existência do próximo, em respeito e solidariedade. Isso, que seria a melhor fórmula para cumprir nosso destino de vida em sociedade como garantia para a sobrevivência e o “bom viver”, implica uma transformação das pessoas e das sociedades, lá onde prevalece a injustiça, o atropelo, a exploração, a exclusão, a violência.

Como expressa Vandana Shiva, há três níveis de violência no erradamente chamado “desenvolvimento” prevalente: a violência contra o planeta, que se expressa na atual crise ecológica; a violência contra as pessoas, que se expressa na pobreza e na exclusão; a violência da guerra, que estoura toda vez que os poderosos procuram apossar-se das terras, da água, dos meios de vida, dos conhecimentos, da cultura e do futuro das comunidades, para incorporá-las no mercado.

Nestes tempos de guerra é imperioso defender os direitos humanos. Sobretudo à medida que a crescente reação dos Estados à resistência popular é a criminalização do protesto social. Os que desde os movimentos sociais e em resposta a um processo de conflito social se organizam e se manifestam publicamente, acabam muitas vezes sendo perseguidos, reprimidos, levados a juízo e encarcerados, sendo caracterizadas suas ações de defesa e resistência como crimes. E outras vezes acabam assassinados.

Prova disso é a massacre ocorrida em 15 de novembro na fazenda El Tumbador, município de Trujillo, no norte de Honduras. A Rel-UITA tem estado fazendo o acompanhamento da situação de violência gerada pelo produtor de dendezeiros Miguel Facussé Barjum, apelidado “o cultivador da morte” e nesse ensejo informa que “um exército de mais de 200 guardas de segurança do produtor de dendezeiros Miguel Facussé Barjum, presidente da Corporação Dinant, atacou com armas de grosso calibre membros do Movimento Camponês do Aguán (MCA), os

que há nove meses reouveram essa terra, que lhes foi arrebatada pelo sanguinário empresário para semear dendezeiros.

A violenta ação dos grupos paramilitares deixou um trágico saldo de cinco falecidos -Teodoro Acosta (45), Ignacio Reyes (50), Raúl Castillo (45), Ciriaco Muñóz (45), José Luis Saucedo Pastrana (32) desaparecido e depois achado morto com três tiros de fuzil R-15 no rosto; um desaparecido - Noé Pérez- e vários feridos, alguns dos quais estão hospitalizados em sérias condições.

A fazenda El Tumbador faz parte de uma das tantas 'histórias negras' que têm contribuído com o despojo das terras em Honduras perpetrado por mãos de terratenentes sem escrúpulos.

Quando Temístocles Ramírez de Arellano, porto-riquenho nacionalizado estadunidense foi obrigado a vender ao Estado seus 5724 hectares no Bajo Aguán, essas terras voltaram às mãos do Instituto Nacional Agrário (INA) para fins da Reforma Agrária. Sobre essas terras, o governo de Honduras instalou o tristemente famoso Centro Regional de Treinamento Militar (CREM), onde na década de 80, expertos estadunidenses treinaram as tropas hondurenhas, salvadorenhas, guatemaltecas e o 'Contra' nicaragüense na arte de matar.

Afinando técnicas de corrupção e sob a Lei de Modernização Agrícola, aprovada em começos da década de 90, os terratenentes conseguiram apossar-se ilegalmente dessas terras, começando a semear dendezeiros. Quando as famílias camponesas souberam da existência de uma escritura com a que a Procuradoria Geral da República passava as terras ao INA, começaram a organizar-se para sua recuperação”.

“Os camponeses do MCA têm sido constantemente hostilizados e ameaçados, e o que testemunhamos ontem é uma evidente demonstração de que o poder em Honduras está em mãos dos grupos econômicos hegemônicos. São eles os que mandam no país”, disse Esly Banegas, coordenadora regional da “Coordinadora de Organizaciones Populares del Aguán (COPA)” (Coordenadora de Organizações Populares do Aguán).

Santos Cruz, membro do MCA, disse que: “Estamos feridos. Em dez anos assassinaram mais de 20 companheiros. É uma campanha de terror, para amedrontá-nos, para que renunciemos a nossos direitos sobre a terra. No entanto, já estamos adotando as medidas necessárias e não vão consegui-lo”, concluiu Santos Cruz”.

Conforme informa REL-UITA, para o “Movimiento Unificado Campesino del Aguán (MUCA)” (Movimento Unificado Camponês do Aguán), a massacre perpetrada pelos guardas de Miguel Facussé evidencia a conivência do governo de Porfirio Lobo com o setor de cultivo de dendezeiros, um dos grupos nacionais com grande poder econômico.

Em todos os continentes, em vários lugares, a expansão do grande negócio é a grande promotora da violação dos direitos humanos. A mineração, uma atividade muito destruidora, tem cobrado numerosas vítimas, entre os que se

resistiram à perda de seus territórios e meios de vida. Na Nigéria, o escritor e ativista Ken Saro-Wiwa e outros oito (8) líderes da tribo Ogoni, foram enforcados pelo governo ditatorial nigeriano porque se enfrentaram à Shell e suas atividades de mineração de petróleo em sua terra.

Enquanto isso, nas Filipinas a organização Kasama Sa Kalikasan/Amigos da Terra Filipinas, presta tributo a Arman Marin, morto pelo chefe dos guardas de segurança da Sibuyan Nickel Property Development Corp. (SNPDC) na Ilha de Sibuyan, Romblon em outubro de 2000, enquanto liderava uma protesta contra a mineração do níquel em sua ilha; Eliezer “Boy” Billanes, conhecido por sua coragem e como um lutador incansável contra as grandes companhias mineradoras e na promoção dos direitos humanos, [foi] brutalmente morto em 9 de março de 2009 na presença de pessoas no mercado público da cidade de Koronadal no Sul de Cotabato; outros 23 camaradas que foram mortos na luta para defender o meio ambiente, os meios de vida das pessoas e os direitos comunitários.

Dentro da defesa da ampla variedade de direitos humanos, os Povos Indígenas têm suas próprias lutas históricas contra ações que vão desde o atropelo até o genocídio. Nestes momentos enfrentam, também, formas muito sutis que representam uma ameaça à integridade de seus direitos, como o mecanismo REDD (Redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação de florestas), no marco da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Em vez de reduzir as emissões de combustível fóssil na fonte, os países do Norte têm inventado uma série de artimanhas para evitá-lo. O REDD se apresenta agora como um sistema para deter o desmatamento e as emissões decorrentes dele.

Os grupos pelos direitos indígenas e ambientais advertem que um acordo sobre o REDD espalhará desastre para os povos das florestas no mundo inteiro, limitando os direitos dos povos indígenas e camponeses em seus territórios. Tom Goldtooth, Diretor Executivo da Indigenous Environmental Network disse, "Sim, precisamos deter o desmatamento descontrolado –mas o REDD não vai proteger as florestas nem reduzir a poluição perigosa. O REDD permitirá que as indústrias poluidoras evitem a redução de emissões através de compensações de árvores e outros dos chamados ‘serviços ambientais’. Da perspectiva dos direitos dos indígenas e dos direitos humanos, o REDD poderia criminalizar os próprios povos que protegem as florestas e dependem delas para sua sustentação, sem garantias para salvaguardas aplicáveis. O REDD está promovendo o que poderia ser o maior apossamento de terras de todos já conhecido."

E dentro dos Povos Indígenas, os mais vulneráveis, os mais invisibilizados e ignorados são os Povos Indígenas em isolamento voluntário. No Paraguai, a organização Iniciativa Amotocodie tem estado acompanhando “de fora” e da distância os grupos indígenas Ayoreo que ainda se mantém sem contato dentro das florestas do Chaco, na proteção de seus direitos de vida e de autodeterminação, que se estendem à proteção da integridade de seu hábitat ambiental, cultural e espiritual.

Os processos que atingem esses grupos isolados –que até hoje evitam qualquer contato com a sociedade moderna envolvente- estão vinculados à expansão do agronegócio e fazem por sua vez parte dos processos históricos que atingem o

Povo Ayoreo no todo, e ao mesmo tempo, todas as outras etnia chaquenhas.

Na passada quarta-feira, 1º de dezembro, representantes do Ministério Público arrombaram os escritórios da Iniciativa Amotocodie, confiscando informação decorrente de longos anos de pesquisa. O arrombamento, fundamentado em uma denúncia que não especifica o evento punível, faz parte de uma longa hostilidade pelos atores vinculados a interesses pecuários e latifundiários. Recentemente, Iniciativa Amotocodie tinha alertado sobre os riscos de contato involuntário e possíveis conseqüências trágicas da expedição “Chaco Seco 2010” de cientistas britânicos.

Perante o arrombamento e apreensão de materiais pessoais e institucionais da Iniciativa Amotocodie, a organização expressa:

“* Nosso repúdio ao abuso de poder público incorrido e a desmesurada ação realizada contra uma organização social honesta com 10 anos de trajetória na Defesa dos Direitos Humanos e Direitos Indígenas no Paraguai.

* Nosso repúdio à perseguição que é tristemente cada vez mais comum para pessoas e instituições defensoras dos Direitos Humanos.

* Também solicitamos às autoridades competentes que a investigação que abriram sem uma razão clara, nem a menor averiguação de veracidade prévia, seja indeferida ou agilizada ou mais cedo possível para que a organização possa desenvolver seu trabalho e prestar contas ao Estado de suas obrigações fiscais, impossibilitadas neste momento devido ao procedimento, e às entidades solidárias de Cooperação Internacional que apóiam a instituição.

* A instituição acudirá perante instâncias pertinentes com o fim de exigir as reparações por este sério atropelo.”

A luta em defesa dos Direitos Humanos é vasta e permanente. Desde o WRM temos a intenção de que cada denúncia, cada apóio, cada análise que fazemos, seja uma contribuição com essa luta, em uma tarefa diária com vocação de mudança para um mundo solidário. Com esse espírito nos aderimos ao Dia dos Direitos Humanos.

início

- Brasil: Violência e destruição da Aracruz no Espírito Santo

No quadro da celebração do Dia dos Direitos Humanos achamos oportuno divulgar um trabalho realizado neste ano no Brasil. Trata-se de uma pesquisa que analisa os impactos de megaprojetos comerciais sobre os direitos humanos, neste caso, monoculturas de eucalipto em larga escala no norte do Estado do Espírito Santo. O relatório é uma contribuição importante, já que fornece uma visão que amplia e enriquece a luta pelos direitos humanos, ao mesmo tempo que contribui para que o assunto dos direitos humanos incorpore mais efetivamente as lutas das comunidades atingidas.

Desequilíbrio ambiental; fome; miséria; doenças; muita destruição; engano; inseto; impacto psicológico; destruição das matas, da flora, das nascentes, dos rios, dos

córregos e da saúde; desestruturação econômica, cultural e religiosa; desrespeito; perda de terras; depressão; desorganização e destruição das famílias quilombolas; invasão da polícia militar nas comunidades; expulsão dos jovens; desemprego; falta de trabalho; trabalho semi-escravo; insustentabilidade; usurpação; poluição; destruição da vida; e violação de direitos.

Estes elementos podem ser encontrados nas respostas de quilombolas do Espírito Santo quando questionados sobre os últimos 40 anos de atuação da Aracruz no estado. Eles foram escutados durante a pesquisa do "Estudo e Relatório de Impactos em Direitos Humanos de Grandes Projetos (EIDH/RIDH): O caso do monocultivo de eucalipto em larga escala no Norte do ES – o projeto agroindustrial da Aracruz Celulose/Fibria e as comunidades quilombolas do Sapê do Norte". O Movimento Nacional de Direitos Humanos no Espírito Santo (MNDH/ES) e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Serra apresentaram o estudo, no dia 27 de maio, na Assembléia Legislativa capixaba.

Este trabalho faz parte de três estudos de caso que o MNDH têm realizado no Brasil este último ano para mostrar com evidências a necessidade urgente de rever o procedimento atual para a instalação de grandes projetos como plantações em larga escala, projetos de mineração e grandes barragens. Hoje, no Brasil e em muitos outros países, as autoridades apenas exigem um Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para conceder a licença de implementação e funcionamento de grandes projetos. Para o MNDH, o EIA/RIMA é considerado totalmente insuficiente para medir os reais impactos de um empreendimento, em especial na questão dos direitos humanos. Os três estudos de caso do Brasil estão sendo transformados em livro e serão apresentados ao governo brasileiro para demandar que elabore um instrumento legal que obrigue a realização do EIDH/RIDH no Brasil. Vale lembrar que um importante referencial para o estudo realizado nas comunidades quilombolas no Sapê do Norte foi uma guia elaborada pela organização `Rights and Democracy`. Trata-se de um roteiro prático para a realização de estudos de impacto em direitos humanos.

O EIDH/RIDH no Espírito Santo, Brasil, se debruçou sobre os 40 anos de violação de direitos humanos nas mais de 30 comunidades quilombolas no Sapê do Norte, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Ali vivem cerca de 6 mil quilombolas, que sofreram mudanças drásticas no seu modo de vida a partir da implantação do monocultivo de eucalipto nas suas terras, sobretudo pela empresa Aracruz Celulose, hoje Fibria.

O estudo se dividiu em capítulos sobre os direitos humanos à terra, ao meio ambiente, à alimentação e ao trabalho, e o processo de perseguição e criminalização dos quilombolas implementado pela empresa Aracruz Celulose/Fibria, em aliança com agentes públicos e o Movimento Paz no Campo (MPC) – uma organização que reúne fazendeiros e alguns segmentos locais que se opõem aos direitos territoriais dos quilombolas.

O direito a terra

Uma investigação realizada por um ano constatou que o direito à terra dos quilombolas foi gravemente violado. Vasta documentação acessada pela equipe

que produziu o EIDH/RIDH prova de que a Aracruz se apropriou, com a anuência do Estado, de terras devolutas pertencentes a estas comunidades.

O estudo relata casos extremos de manipulação. Um deles é o de Antonio Alage que, em 1947, um ano antes de seu nascimento, em 1948, adquiriu 200 hectares em Itauninas, Córrego de Santo Antonio, em Conceição da Barra. O mesmo Alage requereu, em 11/09/1975, 178 hectares de terras devolutas do estado do Espírito Santo num lugar denominado Rio Santana em São Mateus, passando esta área um dia depois para a Vera Cruz Agroflorestal S/A, subsidiária da Aracruz. Os intermediários não receberam nada por isso, prestavam apenas um "favor" à empresa. O EIDH/RIDH aponta que essas posses da Aracruz são, portanto, ilegais, e que "as comunidades foram vítimas de esbulho e ato simulado no processo de aquisição de terras".

As denúncias vieram à tona na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Aracruz em 2002. No entanto, até hoje um pedido à Procuradoria Geral de Estado, feito em 2004, para anular essas legitimações ilegais, não teve nenhum resultado efetivo.

A partir da resistência e da organização dos quilombolas, a Constituição e, posteriormente, o Decreto 4.887/2003 buscam reparar a violação do direito territorial. Desde então, o Incra elaborou cinco relatórios de identificação dos territórios quilombolas no Sapê do Norte, delimitando seus limites e incluindo diversas áreas hoje cobertas por eucaliptos da Aracruz/Fibria. Todavia, nenhum desses territórios foi demarcado até o momento.

Meio ambiente

Os desmatamentos e os plantios de eucalipto resultaram na violação do direito a um meio ambiente "ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo", consagrado na Constituição e também em acordos internacionais. A chegada da Aracruz fez com que comunidades perdessem suas riquezas como a mata, com sua fauna e flora, os rios e córregos, reduzindo drasticamente a quantidade e qualidade de peixes na região. Hoje, a mata praticamente acabou e os rios secaram em função do plantio de eucalipto.

No EIDH/RIDH-ES, lideranças quilombolas afirmam que a aplicação constante de agrotóxicos contamina o meio ambiente onde vivem e do qual dependem. Um caso gritante é o do trabalhador Jorge Francelino, doente em função do trabalho de aplicador de veneno nos eucaliptais feito para a Plantar, empresa terceirizada da Aracruz. Ele conseguiu, depois de muitos anos receber uma indenização da empresa, mas isso não trouxe de volta a sua saúde: "Às vezes, não sei o que sinto na cabeça. Uma dor de cabeça passa com comprimido. Mas a minha é dor na cabeça. Ela fica anestesiada, me dói muito a testa, o nariz...Um dia, amanheço com um ouvido surdo, outro dia tem o outro que está surdo. A laringe me dói. E, hoje, estou com as duas pernas inchadas!".

Além disso, a transformação do ambiente dos quilombolas num grande deserto verde impossibilita a caça, a pesca, a extração de madeira para construção de casas, a coleta artesanatos, a fabricação artesanal de farinha e a roça diversificada. Com isso, houve a violação do direito a alimentação adequada, incentivando a

insegurança alimentar. O estudo aponta a violação diferenciada dos direitos das mulheres, contratadas pela Plantar para aplicação de veneno nas plantações de eucalipto.

Criminalização

Hoje, em muitas comunidades, predomina o chamado facho: a coleta dos galhos e pontas do eucalipto, e a fabricação de carvão, que garantia a sobrevivência de muitas famílias. Assim as novas gerações são obrigadas a incorporar uma atividade de trabalho caracterizada por condições sub-humanas. Viola-se o direito ao trabalho digno.

Inicialmente, a coleta do facho era permitida pela Aracruz/Fibria por meio de um acordo com uma associação local. A partir de 2004, a empresa buscou extinguir gradualmente essa prática, alegando questões tributárias e trabalhistas. Em seguida, iniciou-se um processo de criminalização dos quilombolas, impedindo e restringindo seu acesso ao facho, apoiado pelas empresas de segurança Visel e depois Garra, também terceirizadas para o serviço de segurança – consideradas pelas comunidades como uma milícia armada.

O Estudo relata que o primeiro caso ocorreu em 2006, quando a própria Aracruz/Fibria propôs aos quilombolas a cata de fachos numa área no município de Linhares. Entretanto, quando os trabalhadores estavam no local, a polícia os prendeu acusados de roubo. Oitenta e duas pessoas, a maioria quilombola, foram presos. Sem o conhecimento destes, já havia uma decisão judicial de interdito proibitório para o local. Joelton Serafim Blandino, quilombola, conta que "estava muito difícil, porque não tinha emprego para sustentar a família, quando fomos agredidos lá em Linhares. Não sou ladrão, só estou lutando pela minha sobrevivência e da minha família".

Outro caso ocorreu no dia 11 de novembro de 2009, na comunidade de São Domingos, quando 130 policiais militares chegaram na comunidade, com armamento pesado, cães e cavalos, e prenderam 39 pessoas, inclusive um deficiente visual e um senhor de 83 anos, que veio a falecer 3 meses depois. O estudo explica que a ação da polícia impressiona por sua própria ilegalidade: a ação ocorreu às 8 horas, enquanto o mandado judicial para a mesma só saiu depois do meio dia. Além disso, o mandado era de busca e apreensão, e não de prisão. No caminho para a delegacia, os policiais pararam para pegar comida num dos escritórios da Aracruz/Fibria, enquanto deixavam as 39 pessoas algemadas no ônibus, com alguns policiais fortemente armados.

Baseado em artigo de Winnie Overbeek (Red Alerta/Espirito Santo Brasil. woverbeek@terra.com.br) no Jornal Brasil de Fato em 22 de junho de 2010. El relatório integral se encontra no website www.cddh.com.br

[início](#)

- Guatemala: monoculturas de dendezeiro e cana-de-açúcar lesam comunidades do rio Coyolate

A vertente do Pacífico da Guatemala está formada por umas 17 bacias hidrográficas. A maioria dos rios da região tem um percurso curto de uns 100 quilômetros de comprimento, de sua nascente na parte alta das montanhas e na cadeia vulcânica a sua foz. Um deles é o Coyolate, que nasce nas montanhas do departamento de Chimaltenango, atravessando vários municípios e comunidades. Na parte média da bacia há vastas áreas de monoculturas e pecuária.

A cana-de-açúcar e o dendezeiro foram estabelecidos há décadas na região, devido à fertilidade dos solos de origem vulcânica e à disponibilidade de água. Mas o sistema de produção de cana e dendê, como muitas outras monoculturas, precisa de grandes quantias de água, que são usadas desviando parcial ou totalmente os rios até as culturas. Para isso são construídos diques e bordas que formam canais que transportam a água, para depois distribuí-la e irrigar as plantações. Isso gera uma situação dramática para as comunidades locais; na época de seca os rios podem ficar totalmente sem água, afetando os medianos e pequenos produtores de gado, os agricultores locais e as mais de 15000 pessoas que habitam na área do rio Coyolate e utilizam suas águas.

Na época de chuvas, os canais abertos são a via através da qual a água entra e inunda as comunidades gerando situações de emergência, evacuações e perdas. O desvio e o uso abusivo das águas do Coyolate modificam e alteram a dinâmica natural do rio, afetando as pessoas e os ecossistemas dos quais dependem. Esta situação vai acompanhada por outros impactos gerados pela cultura da cana-de-açúcar: as fumigações aéreas com produtos químicos para o amadurecimento da cana afetam também as culturas de feijão, milho, coco, chile, entre outros. A necessidade de expansão da cultura levou engenhos e estabelecimentos açucareiros a desmatar grandes quantias de árvores, que também são usados como combustível nas caldeiras. As florestas ribeirinhas também resultam afetadas pelo desmatamento e pelo impacto da erosão dos solos; os leitos são cada vez mais frágeis e não suportam as modificações abruptas e em geral o mau uso dos solos.

O Coyolate também transporta e abastece de água a um sistema de manguezais em sua foz; ao tirar água do rio ela não chega até os manguezais, o que representa uma possível morte sistemática do ecossistema manguezal.

O caso do rio Coyolate ilustra o que acontece em quase todos os rios da costa sul guatemalteca, onde os denominadores comuns são a exploração irracional dos recursos do território e das águas e a poluição generalizada nos processos de produção das agroindústrias.

Comunidades afetadas, como a Santa Odilia, têm denunciado esta situação durante anos, sem ter uma solução real para seus problemas; estão cansadas de receber ajudas humanitárias- que agradecem- mas a solução para seus problemas é que as agroindústrias respeitem o rio, que não o desviem, que usem a água necessária sem deixar aqueles que vivem na parte média e baixa da bacia sem ela, vivendo em situações de calamidade.

O desvio dos rios e a degradação ambiental que geram as empresas de dendezeiro e de banana também foram denunciadas por organizações como o Comitê de Unidade Camponesa- CUC- parte da Via Campesina, que apresentaram denúncias e enviaram memoriais às autoridades correspondentes do governo da Guatemala, para que atendam os casos de desvio de rios nas áreas de Ocós e Coatepeque, municípios de San Marcos. Devido a essas demandas foi criada uma Comissão de Alto Nível que tem participado de ações de monitoramento nas plantações das empresas Bananera Sociedad Anónima e Palma del Horizonte. O Comitê de Unidade Camponesa solicita à Comissão de Alto Nível que emita com urgência o relatório das fiscalizações e que seja um relatório objetivo, imparcial e justo. Exigem que sejam propostas as alternativas mais idôneas para solucionar tal problemática.

Recentemente, uma delegação da RECOMA (Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores) visitou a comunidade de Santa Odilia e coletou testemunhos dos moradores. Junto com a RECOMA, a comunidade elaborou uma carta que será enviada a representantes do governo. Os moradores querem que a comunidade internacional, especialmente aqueles que participam das negociações da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática fiquem sabendo do impacto que, no nível local, têm as falsas soluções que se promovem como combustíveis limpos ou "biocombustíveis", como é o caso do dendezeiro. Quem quiser aderir à carta pode enviar uma mensagem a recomala@gmail.com. O texto da carta está disponível em -em espanhol- [http://www.wrm.org.uy/paises/Guatemala/Carta desvio rio coyolate.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Guatemala/Carta%20desvio%20rio%20coyolate.html)

O governo da Guatemala deve responder rapidamente diante desta situação que afeta milhares de cidadãos e cidadãs guatemaltecos, e que viola seus direitos humanos mais elementares. As comunidades locais pedem firmemente que o rio seja salvo, porque ao salvar o rio são salvas milhares de pessoas.

Por Carlos Salvatierra, correio eletrônico: Salvatierraleal@gmail.com
Com o apoio de Savia –Escuela de Pensamiento Ecologista- savia.guate@gmail.com e o Comité de Unidad Campesina –CUC. cuc@intelnett.com

[início](#)

- O dendezeiro na Nigéria: mudando dos pequenos produtores e mulheres à produção maciça

A África Ocidental costumava ser o centro da indústria do dendezeiro. A exportação de palmitos começou em 1832 e em 1911 a África Ocidental "britânica" exportava 157.000 toneladas, sendo cerca de 75 por cento proveniente da Nigéria. Na década de 1870, os administradores britânicos levaram a planta à Malásia e em 1934 este país ultrapassou a Nigéria como o maior exportador do produto. Em 1966, a Malásia e a Indonésia tinham ultrapassado a produção total de óleo de dendê da África.

Na Nigéria, o dendê é originário da planície litorânea, tendo migrado para o interior como uma lavoura de alimento básico. 80% da produção provém de vários milhões de pequenos produtores espalhados em uma área estimada que tem entre 1,65 milhões de hectares e um máximo de 3 milhões de hectares. Para milhões de nigerianos, a lavoura de dendê faz parte de seu meio de vida- aliás, faz parte de sua cultura.

Como informa Chima Uzoma Darlington, um homem Ngwa do Estado de Abia da Nigéria, "nas terras Ngwa e na maior parte do leste da Nigéria, o dendezeiro é altamente valorizado. Contribui em grande medida à economia rural que nós chamamos de 'Osisi na ami ego' em meu dialeto, que significa literalmente 'a árvore que produz dinheiro'. Além do óleo, praticamente cada parte da árvore contribui para o sustento rural. Das folhas nós obtemos materiais para elaborar cestos e vassouras. Das árvores é extraído o vinho de palma especialmente no Estado de Enugu; e muitos homens jovens nas áreas rurais tiram seu sustento recolhendo o fruto do dendezeiro enquanto muitas mulheres (casadas ou solteiras) comercializam os frutos.

Em meu local de origem, muitos de nossos filhos, hoje proeminentes, foram educados usando a renda decorrente do dendezeiro. Até agora, muitos dos projetos de desenvolvimento da comunidade são financiados com os rendimentos da venda do fruto do dendezeiro. Em vista de qualquer projeto de desenvolvimento o Chefe do Povoado ou Comunidade proíbe a colheita individual de frutos de dendezeiros durante um período determinado. Quando está na hora da colheita, os membros do povoado ou comunidade são obrigados a pagar uma quantia específica de dinheiro para poder participar da colheita que é levada a efeito de forma coletiva em uma data combinada. Também assim pudemos preparar alguns de nossos filhos proeminentes. Inclusive hoje, os moradores rurais indigentes ainda entregam seus dendezeiros a outros a fim de arranjar dinheiro para cuidar de algumas necessidades tais como enviar seus filhos à escola."

Tal como documentado no caso do Estado de Akwa Ibom, um estado do litoral sudeste da Nigéria e uma das áreas onde o óleo é produzido em grandes quantidades, as mulheres têm um papel importante na produção, armazenagem e comercialização de óleo de dendê, um ingrediente comum na preparação de quase todo prato elaborado na Nigéria.

O processamento do fruto em óleo vegetal é feito mais comumente pelas mulheres. Começa com a colheita dos frutos maduros que crescem em cachos que pesam de 20 a 30 quilos. As mulheres trabalham comunitariamente em grupos de 2 ou 3. Os frutos recolhidos são cortados em cachos menores e borrifados com água, e então, cobertos com sacos de juta grossa ou folhas de banana a fim de ajudar a fermentação e fazer mais fácil pegar as sementes de seus espinhosos talos.

Dois ou três dias depois, as sementes são apanhadas, lavadas e colocadas em tambores de ferro e cozidas. O fogo é aceso com lenha e é geralmente preparado na noite anterior sendo atizado a intervalos para manter o fogo de cocção constantemente alto. Às 4 ou 5 da madrugada, as sementes fervidas, cujo pericarpo suculento já está macio e tenro, são retiradas com um pequeno cesto ou uma

peneira e colocadas em um morteiro subterrâneo, que foi ajustado com um tambor de metal. As sementes cozidas são trituradas com um pilão de madeira para separar o pericarpo das duras sementes de palmito.

O passo seguinte consiste em colocar a mistura em uma tina plana ou no solo previamente coberto com folhas de banana. As sementes de palmiste são separadas da mistura fibrosa. E então é colocada em uma prensa furada cilíndrica que é acionada lenta e gradativamente, e assim o óleo extraído cai pelos furos e é conduzido através de um duto no fundo da prensa até uma vasilha grande, tina ou contêiner. Esse processo é realizado várias vezes até o óleo ser drenado da mistura lodacenta.

O seguinte passo é drenar cuidadosamente o óleo em contêiners. Feito isso, as mulheres são cuidadosas para não permitir que a sujeira, as fibras ou outros materiais alheios caiam no óleo. O produto acabado se for em grande quantidade pode ser armazenado em grandes tambores de metal à espera de pessoas que comprem o óleo das mulheres e o transportam a outras cidades. Se não há grandes quantias elas mesmas o levam ao mercado local para vendê-lo; de qualquer forma, as mulheres Akwa Ibom ganham seu dinheiro.

Chima informa “Esses dendezeiros são principalmente os únicos que crescem naturalmente em sua área de terra e não em plantações de monoculturas. A maior parte do leste da Nigéria alberga florestas secundárias sendo o dendezeiro a espécie dominante.”

No passado, o governo nigeriano tentou implementar plantações de dendezeiro em grande escala, mas a maioria resultou um completo fracasso. Foi o caso do projeto Cross River State nos anos 60 e do “programa de desenvolvimento rural do cinturão de dendezeiro” financiado pela União Européia nos anos 90. Esse projeto incluía a plantação de 6.750 hectares de dendezeiro em uma área considerada como uma das maiores florestas remanescentes da Nigéria e foi implementado por uma companhia chamada Risonpalm Ltd., em parte propriedade do governo. Apesar da oposição local, o projeto avançou e o financiamento da EU só foi suspenso em 1995, sete anos depois de sua aprovação. A plantação foi abandonada em 1999 e reativada em 2003. Em 2010, o governador local anunciou sua intenção de privatizá-la.

O Banco Mundial teve um papel importante na promoção do negócio do dendezeiro na Nigéria. Conforme um recente documento do Banco Mundial, a Nigéria foi “o segundo maior destinatário dos projetos de dendezeiro do Banco Mundial, com seis projetos durante o período 1975 a 2009. Um dos projetos ainda está sob implementação. Os resultados atingidos incluíram a plantação de 42.658 hectares de dendezeiros, bem como a melhora rodoviária e o aumento da capacidade de moenda.”

Aparentemente, o governo federal pretende agora revitalizar a produção de dendê. Em abril de 2010, o governo lançou um Fundo Comum para Mercadorias “a fim de melhorar a receita gerando potencial de dendezeiro na África Central e Ocidental.” A iniciativa foi desenvolvida pela UNIDO e o financiamento é partilhado entre a Nigéria,

Camarões, a UNIDO e o setor privado.

De acordo com o anterior, funcionários do Instituto Nigeriano para a Pesquisa do Dendzeiro (NIFOR) disseram recentemente que “a promoção da participação do setor privado na plantação de dendzeiro seguiu a barra no efetivo renascimento do negócio produtor no país.”

O diretor do NIFOR, Dr. Dere Okiy, afirmou que “o sistema de posse da terra no país” é um “fator limitante contra a produção privada de dendzeiro por parte de particulares” e “apelou aos governos locais e estatais para providenciar terras para os produtores de dendê a fim de encorajar a produção maciça de dendzeiro.”

Tudo parece apontar à possível expansão de plantações de dendzeiro na Nigéria- revitalizando as antigas e estabelecendo novas- visando ao mercado nacional e internacional. Mas, como Chima alerta, “O estabelecimento das plantações de monoculturas geralmente envolve a destruição da vegetação existente, e isso irá aumentar o desmatamento dos dendzeiros que crescem naturalmente dos quais as pessoas que dependem para seu sustento.” E ele conclui: “A apropriação de terras da população rural para incentivar as plantações de monoculturas de dendzeiros em grande escala irá empobrecê-los ainda mais e causar penúrias.”

Fonte: “Oil palm in Nigeria”, rascunho do WRM em <http://oilpalminfrica.wordpress.com/2010/08/06/oil-palm-in-nigeria/> e comentários de Chima Uzoma Darlington

[início](#)

- Amazônia: IIRSA abre a porta para a penetração da floresta

À medida que avançam as políticas desenvolvimentistas e neo extrativistas dos governos da região, avança a destruição da natureza e o etnocídio genocida dos povos originários que a habitam. A encruzilhada é mais premente do que nunca: ou a penetração capitalista é detida ou os povos indígenas e as florestas desaparecerão. Ou é detida a Iniciativa para a Integração da Infra- estrutura Sul-americana (IIRSA) que é encorajada decididamente pelo estado brasileiro e os demais governos da região, os bancos multilaterais e as transnacionais, ou a floresta e os índios serão imagens e lembranças do museu do horror da violenta conquista da última fronteira interna continental para ser aberta ao saqueio de seus recursos naturais, da mudança irreversível de seu ecossistema e da extinção física de suas culturas.

O Brasil tornou-se uma das dez maiores economias do mundo sendo que a brasileira representa mais da metade da atividade econômica sul-americana. O PIB brasileiro corresponde a 55% do PIB da América do Sul. O novo monstro do capitalismo estabeleceu uma meta: abrir a Amazônia para a exploração maciça de seus recursos naturais, completando seu domínio territorial e sua inexorável marcha rumo ao oeste.

O pré- requisito complementar para seu cumprimento era quebrar o obstáculo geográfico que as grandes florestas e os grandes rios representaram historicamente

como freio à penetração do transporte, as máquinas, os mercados e as grandes corporações. Daí que a abertura do território amazônico e sua vinculação física com os portos de exportação dos dois oceanos mais importantes da Terra, o Atlântico e o Pacífico, e através deles com o restante do mundo globalizado, é o objetivo principal da chamada Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Sul-americana, mais conhecida por sua sigla IIRSA, que entrou em andamento em agosto do ano 2000 em Brasília. Tão só dez anos e alguns meses depois, a IIRSA está prestes a atingir seu objetivo.

Quando forem concluídas as obras de construção da ponte Billingham sobre o rio Madre de Dios, que unirá a cidade de Puerto Maldonado com o casario de El Triunfo, ambos no Departamento de Madre de Dios, no extremo sudeste da República do Peru, e com isso culmine a construção do chamado Corredor Viário Interoceânico Sul Peru-Brasil, a história sul-americana mudará para sempre.

Até agora, a navegação dos rios era a forma mais efetiva de penetração da selva. Quando se produziu o fenômeno do auge da extração da borracha entre os anos 1870 e 1914, a primeira incorporação forçosa da Amazônia continental ao mercado mundial, os rios se tornaram a via de ingresso de milhares e milhares de pessoas alheias à floresta que ocasionaram um genocídio entre os povos indígenas que até hoje continua sendo ocultado e silenciado.

As atuais fronteiras entre o Brasil, Peru e Bolívia nos territórios atravessados agora pela interoceânica e sua área de influência nascem desta invasão violenta que escravizou povos inteiros para obrigá-los a trabalhar na coleta da borracha e que levou à desaparecimento física de muitos deles. Alguns se refugiaram no interior do monte, nas cabeceiras dos rios onde já não eram navegáveis, e assim puderam evitar o extermínio. São aqueles que hoje conhecemos como "povos indígenas isolados ou povos indígenas isolados voluntariamente".

Um século depois dessa hecatombe étnica, muitos desses povos que escolheram a liberdade ao aniquilamento, foram forçados através de missões religiosas, a sair de seu isolamento e se encontram na situação chamada de "contato inicial" com a sociedade nacional hegemônica de seus países, situação de extrema vulnerabilidade para a sobrevivência de seu modo de vida e de sua cultura, ameaçados por sua vagarosa desaparecimento, tragédia que se conhece como etnocídio.

Hoje, uma interconexão como a que provocará a ponte, por mais distantes ou abandonadas do ponto de vista nacional que pareçam as regiões onde influirá, é possível para essa nova ordem mundial, baseada no desenvolvimento de forças produtivas em escala global e onde, por isso mesmo, as agressões e as ameaças se tornaram planetárias. A ponte, insistimos, é o símbolo perfeito da IIRSA que é o outro nome da globalização na América do Sul.

Sua inauguração não fará outra coisa que acelerar os processos de genocídio e etnocídio históricos contra os povos indígenas, provocando a desaparecimento definitiva dos últimos povos indígenas isolados da floresta amazônica ao serem invadidas suas terras em decorrência da nova dinâmica de agressão que acarretará a estrada.

A situação atual das comunidades indígenas é caracterizada pelos conflitos permanentes pela defesa de seus territórios, o que acontecerá quando as empresas já não tenham barreiras para poder ingressar aonde eles quiserem, lá onde houver um recurso natural para ser explorado?

Se a penetração capitalista não for detida, os povos indígenas desaparecerão, desaparecerão suas comunidades, seus modos de vida, seus costumes, suas tradições, e uma vez desaparecidos os povos que defendiam a floresta- porque era essencial para sua sobrevivência e sua cultura- desaparecerá também a própria floresta, queimada, desflorestada e arrasada para a ocupação definitiva de seu espaço para os negócios agrícolas e pecuaristas extensivos.

Extraído de “IIRSA y los pueblos indígenas aislados y vulnerables. El Puente Billinghurst y la Interoceánica: punto de no retorno para el genocidio y la devastación de la Amazonía”, de Pablo Cingolani, 21/11/10, enviado pelo autor. O documento na íntegra pode ser lido em: <http://alainet.org/active/42481&lang=es>

[início](#)

- Filipinas: desmatamento através da mineração subsidiada por projeto do MDL

Nas Filipinas, a mineração, junto com a atividade madeireira, tem estado entre as forças que causaram a perda de cobertura de florestas do país: de 17 milhões de hectares em 1934 para apenas três milhões em 2003, ou uma diminuição de 82 por cento. Enquanto aproximadamente sessenta por cento da área de terras do país estava coberto com florestas há setenta anos, agora essa percentagem é de menos de dez por cento. (17) E com mais da metade das operações de mineração em curso e planejadas localizadas em áreas que são ecologicamente vulneráveis e com mais de um terço das locações para mineração e exploração aprovadas localizadas em florestas intactas (18) – grande parte do pouco que resta poderia perder-se em mãos de indústrias extrativas, como por exemplo, a mineração.

Além de contribuir com a mudança climática global, a mineração tem um impacto devastador sobre as comunidades locais. Florestas saqueadas, declives de montanhas degradados e rios e mares poluídos têm resultado em que os residentes sejam deslocados de suas terras, privados do acesso a alimentos, água e meios e vida e fiquem expostos a químicos prejudiciais. No decurso dos anos, uma série de grandes e pequenos desastres causados pela mineração têm inundado rios, sistemas de irrigação e terras agricultáveis, com resíduos tóxicos da mineração, matando peixes, vida aquática e cultivos, e ameaçando a saúde pública. Mais de 800 sítios de minas sujam o campo – contaminadas mas abandonadas. Além da destruição ecológica, a militarização que acompanha projetos de mineração tem semeado violência e abusos aos direitos humanos.

Como muitas operações mineiras acontecem em áreas altas, os impactos da mineração têm sido suportados de forma não proporcional por um setor que tem sido mais marginalizado que outros: os povos indígenas. A metade de todas as áreas que são reclamadas pelas companhias mineradoras para suas operações são áreas consideradas terras ancestrais pelos povos indígenas. Documentaram-

se numerosos casos de povos indígenas deslocados de suas terras e privados de suas fontes de sustentação. De acordo com a lei, não pode começar qualquer atividade de mineração sem seu consentimento; na prática, as companhias mineradoras têm usado seus recursos e conexões para evitar esse requisito, peitar apoio e dividir às comunidades indígenas.

E, no entanto, essas companhias mineradoras, os próprios agentes do desmatamento, estão sendo recompensadas por projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) –um plano que permite aos países desenvolvidos comprar “créditos” de projetos que supostamente reduzem as emissões de gases de efeito estufa em países em desenvolvimento, em vez de cortar suas próprias emissões em nível nacional. Cada crédito do MDL representa um pagamento realizado por uma corporação em um país rico para que um país pobre não use o recurso limitado, para que o primeiro possa usar este recurso para si mesmo.

O maior projeto do MDL nas Filipinas até a data, o “Montalban Landfill Methane Recovery and Power Generation Project” (Projeto de Recuperação de Metano e Geração de Energia do Aterro Sanitário de Montalban) ilustra a maranha de interesses corporativos envolvidos em atividades poluidoras, com intensidade de carbono e extrativas dos recursos a serem recompensados pelo MDL. Responsável de aproximadamente a metade de todos os créditos do MDL do país, o projeto alega “reduzir” emissões em aproximadamente 5,9 milhões de toneladas de dióxido de carbono em dez anos, capturando e transformando metano de lixo para eletricidade.

O projeto é operado por uma subsidiária da Nickel Asia Corporation, a maior companhia mineradora de níquel das Filipinas. A Nickel Asia foi fundada e é propriedade dos magnatas da mineração Salvador e Manuel Zamora, da rica e influente família Zamora. Manuel e Salvador estão classificados nos lugares 20 e 32 dos homens mais ricos nas Filipinas, de acordo com a revista Forbes. Os dois têm um patrimônio líquido combinado de quase USD 200 milhões ou o equivalente à renda anual média de aproximadamente 55.000 famílias filipinas. Manuel foi o antigo presidente e atual diretor da Câmara de Minas das Filipinas, o *lobby* da indústria mineira.

A Nickel Asia tem quatro subsidiárias que possuem capital ou participações em várias operações de mineração no mundo inteiro. O vice-presidente de uma dessas subsidiárias é Philip T. Ang, a pessoa no lugar 33º dos mais ricos do país. A Nickel Asia também possui participações minoritárias na Coral Bay Nickel Corporation, a maioria da qual é propriedade de um consórcio japonês e é operada pela Sumitomo Metal Mining Corporation, a principal produtora de níquel e a segunda maior produtora de cobre do Japão. Juntas, essas subsidiárias dominam a indústria local de mineração de níquel, com uma renda líquida combinada de quase 15 bilhões de pesos em 2007 – mais de um bilhão de pesos mais que o orçamento da própria agência regulatória ambiental do governo, o Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DENR, por sigla em inglês).

Além de ser presidente da Nickel Asia, Manuel Zamora também tem sido um membro da diretoria da Philex Mining Corporation, a maior companhia de mineração de cobre e ouro do país. A Philex possui minas em Negros Ocidental e Zamboanga

e operações em curso em Benguel e Surigao do Norte. Em Zamboanga, possui um projeto de mineração de carvão com aproximadamente dois milhões de toneladas de reservas de carvão. Também está na exploração de petróleo e gás. A metade das ações da Nickel Asia é propriedade de Luis Virata, o 15º homem mais rico do país. Também está na diretoria de outra companhia mineradora, a Benguel Corporation, a mais antiga companhia de mineração das Filipinas.

As operações de mineração de Zamora são acusadas por ambientalistas e comunidades indígenas, e residentes locais de socavar leis que protegem as florestas, deslocam povos indígenas, envenenam fontes de água e privam as pessoas de seus meios de sustentação. Em uma mina, até tem sido implicada em violência direta contra residentes opostos a suas operações.

Com o MDL, os Zamora e seus sócios de empresa no MDL podem esperar ganhar 0,3 bilhões até 1,7 bilhões de pesos ao ano em renda estimada de seu projeto de Montalban – tanto como dez por cento de toda sua renda da mineração em 2007 e mais que as rendas individuais de suas operações de mineração de Cagdianao ou Rio Tuba. Isso evidencia que o impacto do MDL nas demonstrações financeiras consolidadas de seus desenvolvedores podem não ser insignificantes.

O MDL está não apenas subsidiando atividades do MDL que promovem a mudança climática, mas também está impulsionando os lucros de algumas das próprias partes mais responsáveis de perpetrar desmatamento e degradação ambiental. Na realidade, é um custoso Mecanismo de Logro.

Extraído e adaptado de: “The CDM in the Philippines: Rewarding Polluters”, Herbert Docena, Focus on the Global South, <http://focusweb.org/philippines/content/view/334/7/>; “Costly Dirty Money-Making schemes”, Herbert Docena, Focus on the Global South, junho de 2010, <http://www.thecornerhouse.org.uk/sites/thecornerhouse.org.uk/files/CDM%20Philippines.pdf>

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- A empresa Chikweti em Moçambique: o FSC continuará certificando o nao-certificável?

O site do FSC (*Forest Stewardship Council* - Conselho de Manejo Florestal) anunciou que a empresa *Chikweti Forests of Niassa*, instalada na província de Niassa, norte de Moçambique, está buscando o ‘selo verde’ do FSC para uma plantação de 33.916 ha de monocultura de árvores. Segundo as informações, uma pré-avaliação da certificação teria sido realizada em novembro de 2010 e a avaliação principal estaria prevista para fevereiro/março de 2011. A empresa certificadora do FSC é a *Soil Association Woodmark*, uma empresa com sede no Reino Unido.

Desde 2005, empresas que promovem as monoculturas de pinus e eucalipto em larga escala começaram a se instalar em Niassa, sendo que a Chikweti é uma das

maiores. O interesse destas empresas se deve ao fato de Niassa ser a maior província de Moçambique, dispondo de terras planas e férteis e com uma população relativamente pequena de 1 milhão de pessoas, das quais cerca de 80% vivem no campo. Desde 2007, quando as empresas começaram a plantar árvores, a principal organização camponesa de Moçambique, a União Nacional de Camponeses (UNAC) tem alertado sobre o fato de que as empresas estão plantando eucalipto em terras que pertencem às comunidades camponesas, reduzindo o acesso das mesmas às terras férteis. Segundo a UNAC, isso coloca em risco a segurança e a soberania alimentar das famílias e da região.

Vale lembrar que a Lei das Terras de Moçambique de 1997 garante o acesso das famílias camponesas a suas terras. Se uma empresa, mesmo com uma concessão do governo nacional, quer usar terras que pertencem a uma comunidade, é preciso que seja realizado um processo de consulta a essa comunidade. Mas um relatório de 2008 elaborado a pedido da Embaixada da Suécia aponta que esse processo não foi realizado de forma efetiva e que as comunidades não foram ouvidas. Além disso, elas reclamam sobre as más condições do trabalho oferecidas pelas empresas de pinus e eucalipto.

Em novembro de 2009, dois ativistas da Rede Alerta contra o Deserto Verde do Brasil percorreram comunidades em Niassa para ouvir lideranças comunitárias – chamados de *régulos*. Os ativistas do Brasil puderam confirmar as reclamações da UNAC. O relatório da viagem resultou numa publicação: “O avanço das monoculturas em Moçambique. Impactos sobre comunidades camponesas na província de Niassa”. A publicação inclusive alertou para o fato de que empresas que estão causando problemas na vida dos camponeses querem certificar suas atividades junto ao FSC.

Talvez seja por isso que a *Chikweti Forests de Niassa* pediu a um grupo de seus técnicos que respondessem e contestassem por meio de uma carta (disponível em http://wrm.org.uy/countries/Mozambique/carta_Chikweti.pdf) a publicação do WRM. A carta tratou, sobretudo, das queixas dos camponeses que foram demitidos pela empresa. Estes denunciaram também que não tinham direito a transporte; que havia um tratamento diferenciado entre os empregados ‘brancos’ e ‘negros’; e que as monoculturas de árvores estavam tomando as terras de camponeses, além de outras. Destacamos aqui apenas sua afirmação que usa machambas “*abandonadas*” para o plantio das árvores.

O WRM, por sua vez, respondeu à carta da Chikweti (disponível em http://wrm.org.uy/countries/Mozambique/Resposta_WRM_para_Chikweti.pdf), enfatizando que ‘*nossa publicação é resultado de conversas reais e francas com camponeses e camponesas, que apresentaram suas queixas e preocupações*’, e que ‘*a gravidade (...) levou o WRM (...) a divulgar as mesmas*’. Em relação às terras, WRM reafirmou que, segundo os camponeses ouvidos, as machambas que a empresa planta com a monocultura de árvores e que segundo ela seriam ‘abandonadas’, ‘*nao são ‘abandonadas’ mas se encontram numa fase de repouso*’.

Em outubro de 2010, dois representantes camponeses da UNAC estiveram no Brasil para dar continuidade ao intercâmbio iniciado pelos ativistas Brasileiros. Esta vez, puderam ver com os próprios olhos os impactos nefastos de 40 anos de monocultura de eucalipto sobre as comunidades camponesas nos estados de

Espírito Santo e de Minas Gerais. Puderam constatar como as fontes de água secaram, como as famílias camponesas foram aos poucos expulsas, e como a falta de terras para quem resistiu tem afetado a sua segurança e soberania alimentar, sobretudo das mulheres. Como em Moçambique, no Brasil também as empresas prometeram muito emprego, mas depois que se instalarem, poucos trabalhadores das comunidades conseguiram emprego e em más condições. Por outro lado, as experiências de agricultura camponesa visitadas mostraram como essa forma de trabalhar com a terra gera muito mais emprego e renda, preserva o meio ambiente e mantém as famílias no campo.

Parece que as empresas em Niassa estão seguindo o mesmo caminho do que ocorreu no Brasil, sobretudo em relação à situação das famílias camponesas. E por cima disso, querem legitimar sua atuação com o selo verde do FSC, como é o caso da Chikweti.

Nesse sentido, citamos novamente a resposta do WRM à empresa Chikweti: *Alertamos também que temos observado, mundialmente, que a certificação pelos princípios e critérios do Conselho de Manejo Florestal (FSC) têm exatamente deixado de consultar e ouvir as comunidades impactadas pelas monoculturas de árvores, tendo beneficiado as empresas plantadoras de eucalipto e pinus. São exatamente essas empresas que contratam as consultorias que farão a certificação, sendo uma relação (financeira) que praticamente implica na concessão do certificado. Ao nosso ver, por este e outros motivos, o FSC tem permitido, de forma irresponsável, a certificação de centenas de milhares de hectares de monoculturas de eucalipto e pinus empresariais no mundo, declarando essas plantações incorretamente de “socialmente justas, ambientalmente adequadas e economicamente viáveis”.*

Segue uma alerta às autoridades moçambicanas, ao FSC e sobretudo aos investidores europeus no plantio de monoculturas de árvores em Niassa (1): uma monocultura de árvores, seja ela de eucalipto, de pinus ou de outra espécie, não traz benefícios para as comunidades, ao contrário, causa impactos negativos como está ocorrendo em Niassa. Não podemos aceitar que o FSC certifique mais uma vez o não-certificável.

Por Winnie Overbeek, Red Alerta/Espírito Santo, woverbeek@terra.com.br

(1) O governo da Suécia, a empresa Norueguesa *Green Resources* e o Fundo Florestal Global de Solidariedade (*Global Solidarity Forest Fund*), mantido por igrejas da Suécia e Noruega e o fundo de pensão holandesa ABP

[início](#)

- Uruguai: trabalhadores florestais e uso de agrotóxicos

Uma das promessas das empresas florestais para obter sua aceitação- por parte do governo e das comunidades locais- é a geração de emprego. O que não é esclarecido com antecedência é qual o tipo de emprego e sob quais condições salariais e de saúde será realizado o trabalho.

A maioria dos trabalhos vinculados com o florestamento- exceto a poda- implica o uso de agrotóxicos em alguma etapa. Nos viveiros são aplicados fungicidas principalmente de forma permanente; na preparação do campo para plantar são aplicados herbicidas, fertilizantes químicos e formicidas; após realizada a plantação durante o primeiro ano continua a aplicação de agrotóxicos para o controle das ervas daninhas. Por último, ao realizar raleamentos ou quando são cortadas as árvores mais uma vez se usam os herbicidas para eliminar os rebrotes.

Um estudo recente da organização RAPAL-Uruguay sobre os trabalhadores nas plantações florestais e o uso de agrotóxicos (vide "Uruguay: trabajo y agrotóxicos en la forestación" em <http://www.rapaluguay.org/agrotoxicos/Uruguay/FOSA.pdf>) apresenta interessantes elementos para o debate. A pesquisa é baseada no caso da FOSA (Forestal Oriental S.A.), empresa transnacional que pertence à UPM (ex-Botnia) e que entre outras coisas está certificada pelo FSC (Forest Stewardship Council).

O estudo oferece um detalhado resumo dos diferentes herbicidas (Acetoclor, Glifosato, Oxifluoren, Haloxifop metil), do formicida Fipronil e os diversos fertilizantes (sulfato de amônio, fosfato de amônio) utilizados, alertando que estas substâncias são potencialmente cancerígenas e que provocam alterações hormonais, entre outros efeitos na saúde. Desses dados infere-se que se bem é certo que as substâncias usadas nas plantações estão autorizadas pelo Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca e pela certificadora Forest Stewardship Council (FSC), não deixa de ser certo que todas são altamente tóxicas, tanto para os trabalhadores que as manuseiam quanto para o ambiente.

A aplicação de agrotóxicos implica que os trabalhadores estejam expostos às substâncias químicas de forma constante, prolongada no tempo e todo dia. A isso acrescenta-se que alguns lugares de trabalho não contam com suficiente água potável para consumo nem condições adequadas para a higiene, o que agrava a exposição aos agrotóxicos. A meia hora do almoço resulta breve para tirar os trajes e menor ainda para higienizar-se, e assim os trabalhadores ou trabalhadoras geralmente tiram apenas as luvas e o tapa-boca para comer.

Os trabalhadores comentam que "a modalidade que a empresa usa para escolher pessoal é através de convocações e quem quiser trabalhar se inscreve". Na primeira visita ao campo, o trabalhador "comprova" ele próprio se está apto ou não para realizar as tarefas solicitadas já que se passa mal (dor de cabeça, vômitos, enjôos) por causa do produto que está sendo usado, fica evidente que é uma pessoa que não pode realizar esse trabalho. Tal é a toxicidade dos produtos usados que leva a uma "auto-seleção" do pessoal de acordo com sua resistência física. Uma das esposas dos trabalhadores acrescenta que "quando eu lavava o macaco jogava a água na grama que ficava marrom como se tivesse sido queimada".

Outro ponto importante para salientar é que o trabalho de aplicação com mochila-colocado na categoria peão comum apesar de exigir uma especialização- é por tarefa, o que implica altos níveis de exigência e rendimento para chegar a receber um jornal digno no final do dia, e que os dias de tempo ruim não se trabalham (e não são pagos). Caminhar com as mochilas que pesam cerca de 16 quilos entre

sulcos e ervas daninhas e em longas extensões de campo, faz com que seja quase impossível suportar- principalmente no verão- os trajes protetores.

Uma mulher conta que “cada trabalhadora devia cobrir uma ‘melga’ (largura de sulco a sulco). Era preciso se apressar já que tudo estava programado para realizar o trabalho em um tempo determinado sem levar em conta a temperatura nem a ‘sujeira’ dos terrenos”.

De acordo com o testemunho de outro trabalhador, as temporadas de calor são as piores, “quando tiramos o macaco parece que tenha saído de um balde com água, ensoado de suor”. “Depois de ter caminhado 30 metros você ‘sente’ que não ‘pode’ caminhar mais. Contudo caminham-se quilômetros; os terrenos não são planos, têm subidas e descidas, isso te esgota, entre o peso que se carrega e as chircas altas é difícil caminhar. Este esforço te produz uma intensa dor nos joelhos. As caminhadas são longas e com peso, se formam bolhas e calos de tanto caminhar”.

“As ervas são altas e algumas têm espinhos, como o arrebenta-cavalo, o cardo e o picão- preto que tem espinhos pequenos que se aderem ao macaco à altura dos joelhos. Também você tem que ter muito cuidado com os espinhos para que não rasguem a mangueira. No caso que aconteça, você tem que continuar trabalhando, se parar significa que não haverá pagamento. Como tem que cumprir com um mínimo, é preciso caminhar depressa e em alguns casos até correr. Às vezes, por causa da pressa a tampa da mochila fica solta e goteja sobre o corpo”.

A isso tudo é preciso acrescentar o fato de o sistema de contrato ser através de empresas terceirizadas ou empreiteiras. Este sistema e o regime de mobilidade dos grupos de trabalhadores tendem a dificultar a sindicalização já que os trabalhadores ficam isolados em grupos pequenos, sob a ordem e as normas da empreiteira. Esta situação conspira contra reivindicações salariais, de saúde laboral e outros direitos dos trabalhadores.

Um trabalhador esclarece que “não existe organização sindical na Forestal Oriental. Além de haver uma pressão social muito forte contra os sindicatos, a própria modalidade de contratação dos trabalhadores, que é através de empreiteiros, faz com a tarefa de nos organizar seja muito difícil”.

Os produtos químicos usados afetam também a fauna, vão se acumulando na terra e chegam às correntes de água por filtração ou por escoamento nos dias de chuva. Algumas conseqüências da poluição: morte de lebres, e também tatus e mulitas entre outras espécies de fauna nativa; degradação do solo que sofre importantes perdas de matéria orgânica e um aumento de acidez, associados por sua vez à alteração dos valores normais de outras propriedades físico-químicas; poluição da água de poços e algibes usada para consumo humano e mortandade de peixes em rios de água doce.

Por outra parte, o estudo da Rapal- Uruguay traz à tona que a Forestal Oriental junto com a Bio- Uruguay (organização privada) realizaram uma pesquisa sobre o controle biológico de formigas cortadoras (principal inseto que afeta o florestamento) com fungos entomopatogênicos (vide <http://www.biouruguay.org/noticias/photos/informefinal%20hormigas2.pdf>). O que

isso significa? Que diante do uso de um inseticida como o Fipronil- cuja toxicidade é atualmente reconhecida não apenas para as abelhas como também para a saúde humana- pesquisou-se e encontrou-se uma alternativa não poluente para o controle das formigas cortadoras usando um fungo nativo considerado inócuo para o pessoal envolvido na tarefa e para o ambiente. Apesar de a pesquisa ter finalizado em maio de 2008 a empresa FOSA ainda não o está usando em suas plantações.

A despeito de tudo o exposto, a empresa se escuda no selo verde outorgado pelo FSC (selo desprestigiado internacionalmente, entre outras coisas por avaliar práticas como esta) e que certifica suas plantações como “ambientalmente apropriadas, socialmente benéficas e economicamente viáveis”. Tudo o anteriormente dito é prova mais do que contundente de que as plantações de monoculturas de árvores não podem estar certificadas porque impactam no meio ambiente, dificultam a sindicalização, colocam em risco a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, e economicamente só beneficiam as empresas plantadoras.

Artigo baseado em “Uruguay: trabajo y agrotóxicos en la forestación”, uma publicação conjunta das organizações Rap-AI Uruguay (<http://www.rapaluruquay.org>) e Rel-UITA (www.rel-uita.org), por María Isabel Cárcamo, e-mail: coord@rapaluruquay.org. A publicação está disponível em <http://www.rapaluruquay.org/agrotoxicos/Uruguay/FOSA.pdf>

[início](#)

- África do Sul: pesquisa mostra resultados concludentes sobre os impactos das plantações de árvores na água

Em um momento no que os recursos hídricos estão virando escassos e ainda mais ameaçados pelo aquecimento global e pela mudança climática, uma pesquisa realizada na África do Sul é muito oportuna. Depois de 70 anos de monitorizar a reserva de Jonkershoek, Cabo Ocidental, o estudo revela o impacto das monoculturas de plantações de árvores na água subterrânea e no fluxo dos córregos. Isso é muito importante, já que as plantações de árvores utilizam volumes significativos de água e se têm expandido muito na África do Sul.

“The Jonkershoek Research Catchments: History and Impacts on Commercial Forestry in South Africa” (As áreas de captação da pesquisa de Jonkershoek: história e impactos sobre o florestamento comercial na África do Sul) por Arthur Chapman foi apresentada em setembro de 2007 a uma Jornada de Campo do Simpósio Internacional de Certificação de Plantações de 2007 “Impacto da Certificação sobre o Florestamento com Plantações”, na África do Sul.

Como acompanhamento e através da colaboração de GeaSphere / EcoDoc Africa - que foi possível com fundos da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza, o documentário “Plantation Trees and Water Use: Seventy years of Jonkershoek Paired Catchment Experiments” (Árvores de plantações e uso da água: setenta anos de testes de áreas de captação correlacionadas) ([parte 1](#) e [parte 2](#)) apresentava Arthur Chapman percorrendo o histórico de setenta anos de pesquisa hidrológica no vale de Jonkershoek e como os testes de microbacias *pareadas* funcionam, e

quanta água usam realmente as árvores.

A história começa na África do Sul na década de 1850, quando a região testemunhou o esgotamento de suas florestas por colonos europeus. Para solucionar isso, estabeleceu-se um programa de florestamento usando espécies exóticas, particularmente eucaliptos da Austrália e pinus do Mediterrâneo e da América do Norte. Já em 1900, começaram as preocupações entre os granjeiros, porque perceberam que os córregos estavam diminuindo embaixo das plantações de árvores.

A preocupação foi eventualmente levada até a Quarta Conferência de Florestamento do Império Britânico. O Secretário de Agricultura e Florestamento da época falou da “questão da influência do florestamento no fornecimento de água, sobre a que tem surgido uma controvérsia, especialmente a respeito do uso de espécies exóticas, principalmente os eucaliptos e em menor grau os pinus”.

A conferência reconheceu o problema e conveio um programa de pesquisa hidrológica. Para 1936, a construção de infra-estrutura estava em curso em represas (pequenas barragens) na Floresta do Estado de Jonkershoek e se desenvolveu um programa de pesquisa. Desde a época, as plantações de árvores têm sido monitorizadas em 9 áreas de captação.

O desenho experimental se baseou no enfoque de microbacias *pareadas*. O princípio é que o fluxo do córrego de duas áreas de captação não tratadas são comparadas, para estabelecer sua relação natural. Depois, uma é tratada, isto é, plantam-se árvores. A mudança na relação entre as duas áreas de captação depois do florestamento poderia depois ser alocada ao tratamento ou influências do florestamento. Vinte e nove medidores de precipitações, dos quais 12 eram de registro contínuo, mediam a água que entrava na área de captação e 8 represas de registro contínuo (6 permanecem operacionais) mediam a que saía.

As áreas de captação vão de 27 - 246 hectares, com inclinações relativamente escarpadas e fortes gradientes de precipitações, causados pela força orográfica em sistemas entrantes Norte-Oeste frontais durante os meses do inverno (tendo o Western Cape um clima mediterrâneo). As chuvas anuais médias de aproximadamente 1200 mm nas inclinações menores podem chegar até 3000 mm/a.

Têm surgido resultados sólidos e bastante concludentes sobre os impactos das plantações de árvores sobre a água, incluindo algumas regras gerais.

Quando os pinus crescem, a água constitui aproximadamente 300-400 mm de equivalente de precipitações. Especialmente, a plantação de árvores está usando até 400 mm de equivalente de precipitações, o que significa 400 milhões de litros de água por km² ao ano, que não saem para os córregos.

Os eucaliptos têm evidenciado serem bastante mais prolíferos no uso da água: 600 mm de equivalente de precipitações (600 milhões de litros de água por km² ao ano que não saem para os córregos). Em um ou dois casos um perfil muito profundo do solo, cheio de umidade do solo consumiu a precipitação que entrava, bem como a umidade do solo existente, que teria ido originalmente ao córrego. O

córrego se secou completamente e levou 4 anos para que o perfil do solo se restabelecesse e para que o córrego reaparecesse depois da derruba.

O início das reduções do fluxo dos córregos foi evidente aproximadamente aos 5 anos, e está fortemente associado com a idade das plantações até uma redução máxima ocorrida aos 15 anos aproximadamente, seguida por uma leve diminuição no uso de água. Uma regra geral é uma redução do fluxo de água de 30-40 mm por 10% de área de captação plantada, com um uso máximo de água.

Consultado sobre quanta água usa cada árvore todo dia, Chapman respondeu que 50 lts. ao dia é um standard razoável, quando as árvores têm 5-7 anos de idade. No entanto, no caso dos eucaliptos, a média pode variar entre 100 lts. até 1000 lts., dependendo da localização da paisagem. As árvores próximas a um córrego podem usar o duplo de água, porque têm mais acesso a ela.

As conclusões do estudo e documentário apóiam um debate urgentemente necessário sobre o perigo das plantações de monoculturas de árvores em grande escala, particularmente a respeito do assunto da água em cada país onde estão sendo estabelecidas.

[início](#)